

A integração de alunos com necessidades educativas especiais desde o ponto de vista do Prof. Dr. Álvaro Marchesi

Virginia Dresch

Professora do Centro Universitário Feevale, Psicóloga e Doutoranda pela Faculdade de Psicologia da Universidade Complutense de Madri (Espanha). E-mail: virginiadresch@feevale.br.

O Prof. Dr. Álvaro Marchesi é Catedrático de *Psicología Evolutiva y de la Educación* da Universidade Complutense de Madri (Espanha), ex-Secretário de Educação do Estado Espanhol e Diretor Internacional do IDÉIA – Instituto de Desenvolvimento, Investigação e Avaliação Institucional - criado na Espanha em 1998 pela Editora Santa Maria e que conta com estrutura em São Paulo (www.ideiasm.com.br).

É autor de vários livros sobre educação e atualmente está coordenando a estruturação de uma fundação, sem ânimo de lucro para a qualidade e igualdade educacional, em conjunto com as prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro e do Ministério de Educação brasileiro, com o objetivo de apoiar projetos inovadores em educação.

Razões para a integração de alunos com necessidades especiais:

AM - “A partir dos anos 60, começou a formar-se, em distintos países, um importante movimento de opinião a favor da integração educativa dos alunos com algum tipo de *minusvalia*. Seu objetivo era reclamar condições educativas satisfatórias para todas estas crianças da escola ordinária e sensibilizar professores, pais e autoridades civis e educativas para que adotassem uma atitude positiva em todo este processo.

As razões que se assinalavam foram, e seguem sendo, de diversos tipos. Talvez a mais geral e básica seja a que estabelece critérios de justiça e igualdade. Todos os alunos têm direito a que lhes ofereçam possibilidades educativas, nas condições mais normalizadoras possíveis, que favoreçam o contato e a socialização com seus companheiros de idade, e que lhes permitam, no futuro, integrar-se e participar melhor na sociedade.

Junto com este primeiro tipo de argumento, se foram seguindo outros de caráter mais especificamente educativo. A integração, realizada nas devidas condições e com os recursos necessários, é positiva com os alunos com algum tipo de deficiência, contribui para o seu melhor desenvolvimento e para uma mais com-

pleta e normal socialização. Ademais, a integração também tras benefícios para o resto dos alunos, já que aprendem com uma metodologia mais individualizada, dispõem de mais recursos e adquirem atitudes de respeito e solidariedade para com seus companheiros menos dotados.

Também se formularam razões que faziam referência ao conjunto do sistema educativo. A integração exige uma maior competência profissional dos professores, projetos educativos mais complexos, capacidade de adaptar o currículo às necessidades específicas dos alunos e também uma maior provisão de recursos educativos de todo tipo.”

Objeções à integração

AM - “Estas razões se enfrentaram em numerosas ocasiões com outras de signo contrário que colocavam em questão os prometidos benefícios que a integração iria aportar ao sistema educativo e aos alunos em geral. Habitualmente estas posições críticas aceitam o direito de todos à educação em um ambiente educativo menos restritivo possível e assumem, em linhas gerais, o que se poderia denominar “a utopia da integração”- No que discordam principalmente é que a integração possa contribuir eficazmente ao de-

envolvimento dos alunos com alguma deficiência, e que favoreça, ao mesmo tempo, a evolução e a aprendizagem do resto dos alunos. Sua aceitação da integração teórica não lhes impede ser detratores da integração na prática.

A partir de análises mais sociológicas da realidade educativa, também se colocou em dúvida a possibilidade real da integração. Em uma sociedade competitiva, na que se avalia o sucesso acadêmico, o rendimento e a capacidade de competir, o que a sua vez está influenciando em todo o sistema educativo, não parece possível propor a integração baseada em valores tais como a cooperação, a solidariedade e o respeito, que se chocam com os realmente dominantes. Este conflito se manifesta de forma muito mais evidente a partir do ensino médio, sobretudo se os objetivos cognitivo-rationais primam sobre todos os demais.”

O significado da integração

AM - “Todas estas objeções foram reforçadas, em muitas ocasiões, por uma série de exposições e interpretações desajustadas com a relação ao significado específico da integração educativa. Às vezes assinalaram-se que a integração é um fim em si mesma, que o objetivo principal é que todos os alunos estejam juntos na mesma escola. Em muitas outras, se propôs a integração como um processo que afeta somente aos alunos com alguma *minusvalia*, ou seja, ao 2% com necessidades educativas mais permanentes. Nestas posições subentende-se a idéia de que a integração é um movimento que trata de incorporar à escola ordinária os alunos dos centros específicos, junto com todos os recursos técnicos e materiais que neles existiam: ausência de barreiras arquitetônicas, sistemas de comunicação, equipamentos de fisioterapia, etc. A educação especial se transferiria, sem mais, à escola normal.

As críticas e interpretações inadequadas contribuíram para clarificar o conceito de integração ao longo destes anos. O conceito de integração não é algo rígido, com limites bem precisos e definidos. Pelo contrário, a integração é um processo dinâmico e em mudança, cujo objetivo central é encontrar a melhor situação para que os alunos se desenvolvam o melhor possível, pelo que pode variar segundo suas necessidades, segundo os lugares e segundo a oferta educativa existente.

Estas formas distintas de concretizar a integração devem ser eleitas em função das possibilidades dos alunos e das características do centro educativo, e podem ir mudando na medida em que a situação das crianças vai modificando-se.”

A prática da integração

AM - “As mudanças legais para favorecer a integração educativa supuseram, de fato, um respaldo importante a esta linha de atuação. Entretanto, a nova normativa jurídica não produz direta nem necessariamente modificações relevantes na prática docente. Em geral, se pode afirmar que as mudanças legislativas supõem, por uma parte, o reconhecimento do que já se está realizando de forma isolada ou dispersa no sistema educativo e, por outra, o estabelecimento de um marco mas amplo que orienta e impulsiona numa determinada direção as atualizações dos distintos agentes educativos. A educação dos alunos com necessidades especiais na escola ordinária não é, portanto, um assunto que possa resolver-se através de formulações legais. É, ademais e principalmente, um objetivo que deve de abordar-se desde todas as perspectivas, não somente as que têm relação com o sistema educativo, senão também com o conjunto da sociedade. A integração, assim entendida, é um longo e trabalhoso processo que exige um esforço sustentado para que todos os fatores que estão em ação contribuam positivamente para o resultado global.

Estes fatores não podem abordar-se de forma isolada nem podem contemplar-se de maneira estática. Pelo contrário, estão estreitamente relacionados uns com os outros, e em constante evolução, dependendo das respostas que, em cada momento, cada um deles apresenta. Neste dinamismo está uma de suas características principais e a razão da necessidade de uma avaliação permanente.”

O projeto educativo do centro de ensino

AM - “A educação dos alunos com necessidades especiais na escola ordinária não pode afetar somente a alguns dos professores de um centro, nem deve ser unicamente um objetivo de um reduzido grupo deles. É necessário propor, pelo contrário, como uma tarefa conjunta que supõe situar este objetivo entre os centrais e prioritários do colégio.

A resposta educativa a estes alunos supõe uma reflexão coletiva dos professores sobre como adaptar o currículo para eles, em cada uma das etapas, ciclos e áreas da aprendizagem, e sobre como organizar o centro escolar para oferecer a estrutura adequada.

A determinação dos objetivos educativos é um trabalho inicial fundamental. Trata-se de buscar o máximo de metas comuns com o conjunto dos companheiros, evitando tanto ignorar as diferenças que apresentam estes alunos, buscando uma uniformidade forçada, quanto destacar a desigualdade e temer as atitudes educativas comuns.

As decisões sobre o currículo devem implicar, também, o centro escolar no seu conjunto. É preciso estabelecer as seqüências das aprendizagens nos distintos ciclos educativos para evitar desajustes na progressão destes alunos. Assinalar os critérios de avaliação que facilitem as decisões sobre que alunos progressam ou que continuam um ano mais em um ciclo educativo, e coordenar os ditos métodos de ensino que cada professor utiliza.

A mudança da organização do centro escolar, para adequar-se às propostas que se tomaram, constitui um dos elementos-chaves para o funcionamento global do centro e no qual possivelmente as equipas diretivas devem exercer sua autoridade com maior firmeza. Resolver os temas organizacionais supõe abordar a coordenação entre o centro e as equipas psicopedagógicas setoriais, entre o centro e os pais, entre o centro e a administração educativa, entre o centro e os departamentos de formação permanente, e entre os distintos componentes do próprio centro escolar, especialmente as relações dos professores de apoio com o resto dos professores. Igualmente é necessário abordar-se a organização do tempo e do espaço para aqueles alunos que necessitam modificações significativas do currículo normal, assim como estabelecer os sistemas de avaliação que possibilitem, periodicamente, modificar a situação educativa dos alunos de acordo com seus próprios ritmos de desenvolvimento.”

As atitudes dos professores

AM - “A predisposição dos professores para a integração dos alunos com problemas de aprendizagem, especialmente se estes problemas são graves e têm um caráter permanente, é um fator enormemente condicionante dos resultados que se obtêm. Por isto, uma atitude positiva é já um primeiro passo importante que facilita a educação destes alunos na escola integradora.

Entretanto, as atitudes são processos complexos que vão sendo gerados ao longo do tempo, se modificam de acordo com as experiências que se vão vivendo e que, por sua vez, estão moldando os próprios resultados destas experiências. Em muitas ocasiões, a atitude inicial do professor se forma através de informações de outros professores, sem que tenha ocorrido uma relação direta com estes alunos. Em outros casos, é o conhecimento da prática educativa com estes alunos o que é mais determinante. Em ambos casos, a variável possivelmente mais importante para entender a atitude inicial do professor é sua concepção do processo educativo e da tarefa do

professor no mesmo. Aqueles professores que avaliam sobretudo o desenvolvimento dos conhecimentos e progressos acadêmicos têm mais dificuldade em aceitar os alunos que não irão progredir com um ritmo normal nesta dimensão.

Esta predisposição inicial influi também nas expectativas que o professor tem sobre o rendimento de seus alunos. Assim como nas atribuições que realiza para explicar seus atrasos, o que por sua vez condiciona os resultados que os alunos obtêm. Existe uma clara relação entre o comportamento dos alunos e o que se espera deles. A baixa expectativa para os alunos com necessidades educativas especiais no campo da aprendizagem ou da conduta social terá influência em seus ritmos de aprendizagem.

A concepção de que o professor tem as causas dos problemas de aprendizagem destes alunos constitui um elemento importante, que expressa sua atitude e influencia sua prática docente. Se o professor atribui dificuldades ou o fracasso destes alunos à própria criança ou à família, e não à escola ou à sua história educativa, é mais difícil que se proponha a importância de modificar as condições nas quais o aluno está aprendendo. Somente com a tomada de consciência de que a escola é em grande parte responsável pelas limitações ou progressos dos alunos com necessidades especiais, será possível uma reflexão que conduza a um questionar-se sobre o que se ensina e como se ensina nos centros ordinários.

Certamente as atitudes iniciais podem se modificar. O fator mais decisivo para a mudança é a própria experiência, que pode fazer ver que a integração é possível na prática. Em qualquer caso, uma certa consciência de êxito educativo ou de logro dos objetivos é necessária. Daí a importância de que a integração se realize com as máximas garantias e o máximo rigor no cumprimento dos compromissos contraídos e das ajudas prometidas. Não se trata de que o professor perceba que o aluno com dificuldades não criará problemas para manter sua aula como sempre fez. Se trata, pelo contrário, de que o professor avalie positivamente uma maneira distinta de entender a educação, mais diferenciada e adaptada a seus alunos, e que encontre os apoios, meios e instrumentos de formação para que sua prática profissional seja satisfatória.”

O trabalho em sala de aula

AM - “O problema enfrentado e considerado o mais difícil pelos professores é como colocar, em prática, a educação dos alunos com necessidades especiais: como organizar a aula, como propiciar seu desenvolvimento e sua aprendizagem, como manejar efi-

cazmente as distintas e, em muitos casos, inesperadas demandas que propõem estes alunos.

A constatação é de que este problema real põe em primeiro plano a necessidade de formação dos professores. Uma formação que deve centrar-se em “saber como” trabalhar em aula e que inclua, portanto, a aprendizagem de todas aquelas habilidades e estratégias para planejar convenientemente o trabalho em aula: programações específicas, adaptações curriculares, metodologia, organização das aulas, avaliação, técnicas de trabalho em grupo, diferentes estratégias de intervenção em função dos problemas de aprendizagem dos alunos, etc.

A confiança do professor em sua tarefa é uma variável fundamental que favorece as atitudes positivas para a integração e que tem invariáveis repercussões em todo o progresso educativo dos alunos com necessidades especiais.

Dois aspectos devem ser os pontos de referência constante para o professor quando toma decisões educativas que afetam a estes alunos: qual é o nível de interação social que estabelece com seus companheiros e qual é a estimativa que o aluno vai tendo de si mesmo. As atividades programadas para eles devem não somente favorecer suas atividades, senão também a relação com seus companheiros e o sentimento do próprio valor pessoal. Tomar em consideração estes fatores complica a tarefa docente, mas não perde de vista objetivos educativos importantes. O professor deve saber avaliar estas dimensões e atuar em consequência.

Esta avaliação pode aconselhar, em ocasiões, que alunos com problemas semelhantes trabalhem juntos em tarefas comuns, o que pode permitir-lhes uma maior relação e comunicação, um melhor conhecimento de si mesmo e uma maior seguridade e satisfação ao realizar tarefas com companheiros de seu mesmo nível.

O papel do professor em sua aula não está centrado unicamente nas atividades com os alunos. Também tem que coordenar o trabalho com outros profissionais do centro, especialmente com os professores de apoio, o qual por sua vez remete à função destes últimos: preparar material, trabalhar em sala de aula com alguns alunos, trabalhar na aula de apoio, etc. O esclarecimento destas funções no projeto educativo do centro e sua concretização flexível em cada aula, dependendo das características dos alunos e do estilo mais específico de ensino do professor, facilitará este trabalho comum.”

A participação dos pais

AM - “A participação e a colaboração dos pais no processo educativo dos alunos com necessidades especiais é um fator primordial para favorecer seu desenvolvimento. Este princípio geral, no qual todos os setores educativos estão de acordo, apresenta maiores dificuldades no momento de o levar à prática, já que é preciso delimitar quais são as possibilidades de intervenção dos pais, quais são seus direitos e quais são, finalmente, aqueles aspectos educativos em que pode haver uma ampla margem para a colaboração.

A fase de avaliação do aluno com necessidades especiais, na qual se realiza a proposta de escolarização, constitui um dos momentos mais importantes e delicados desta participação. Nesta decisão convergem diferentes avaliações: a opinião das equipes psicopedagógicas sobre o ambiente educativo mais adequado para o aluno; os recursos disponíveis nos centros para oferecer uma resposta satisfatória; e os desejos e expectativas dos pais em relação à educação de seu filho. Em muitos casos se produz alguma distorção no processo de tomada de decisões, porque os pais não coincidem com a avaliação técnica, justamente porque não há recursos disponíveis para cumprir satisfatoriamente a proposta inicialmente sugerida. Em ambos supostos, quais são os direitos dos pais?

Na Espanha não existe, ainda, um marco legal que determine a participação dos pais nesta decisão, nem que estabeleça os fundamentos apropriados para reclamar a não-conformidade com a avaliação realizada ou com a ausência de suficientes recursos disponíveis. A delimitação deste marco fixaria, com mais clareza, o papel de todos os setores educativos, evitaria um bom número de situações conflituosas, responsabilizaria a administração educativa frente às demandas dos pais e impulsione o compromisso dos pais no que se refere a colaboração com a educação dos seus filhos.

A participação dos pais não se esgota, logicamente, na decisão sobre a escolarização. Colaborar com os professores, para que seu filho progrida na consecução dos objetivos propostos e a coordenação das atividades, atitudes e normas presentes em casa e no colégio, serão fatores de grande repercussão na educação destes alunos. Esta colaboração pode ser percebida e favoravelmente reforçada se os pais puderem, também, contribuir na organização de atividades para os alunos. Desta maneira, vai sendo criada uma corrente de intercâmbios não somente entre professores e pais, mas também entre estes

últimos. Assim, os pais podem compartilhar mais facilmente suas preocupações e expectativas e tomar iniciativas conjuntas que favoreçam a educação de seus filhos.”

O papel das administrações educativas

AM - “As administrações educativas têm uma grande responsabilidade em fazer possível a integração dos alunos com necessidades especiais. Devem, como passo inicial e fundamental, fixar o marco legal e os critérios que orientarão as atuações dos distintos serviços presentes no âmbito educativo: professores, diretores, inspetores, equipes psicopedagógicas, etc. Posteriormente, devem proporcionar os recursos e os meios para que a integração dos alunos com necessidades especiais, na escola ordinária, seja algo progressivamente mais habitual e geral.

Algumas atuações devem ter uma atenção prioritária para que a integração progrida. Em primeiro lugar, é preciso formar o professorado, com o objetivo de adquirir as habilidades que se fez menção anteriormente. Em segundo lugar, produzir materiais diversos que orientem o trabalho dos centros e dos professores. Em terceiro lugar, favorecer a estabilidade das equipes docentes, condição necessária para favorecer a elaboração de projetos educativos mais permanentes e, finalmente, proporcionar os recursos suficientes para garantir uma educação satisfatória.

Todas estas iniciativas, que podem chegar a configurar, e assim seria o desejável, um projeto educativo coordenado, devem ser impulsionadas com uma grande flexibilidade, adequando-as às situações específicas dos centros. A educação dos alunos com necessidades especiais demanda normas e critérios que se ajustem às suas peculiaridades específicas. Esta flexibilidade tem que estar presente nos projetos e nas adaptações curriculares, nos critérios de avaliação e de promoção, nos materiais e, em geral, nas atividades que o aluno realiza.

Finalmente, as administrações educativas têm que situar o desenvolvimento deste projeto entre seus objetivos prioritários, na medida em que contribui, poderosamente, para que a educação seja para todos, sem discriminações, e que o ensino seja mais individualizado e de maior qualidade. Isto supõe valorizar especialmente os centros e os professores que participam desta tarefa, incentivar sua dedicação e garantir os meios necessários para que a prática efetiva da integração seja possível.”

A tarefa da sociedade

AM - “A integração dos alunos com necessidades especiais não é somente uma responsabilidade do sistema educativo, mas do conjunto da sociedade. Esta afirmação não é unicamente uma proposta que concentra boas intenções em geral; ao contrário, se traduz em objetivos e atuações concretas. Por um lado, pais de alunos que não apresentam estas dificuldades podem favorecer e apoiar os projetos de integração. Por outro, e talvez isto é o que mais deve ser destacado neste momento, são as instituições sociais, as associações de pais, as empresas, os trabalhadores, etc., quem devem fazer possível para continuar a integração educativa em uma integração social e laboral. Esta responsabilidade que tem que ser apoiada e facilitada pelos poderes públicos, deve ser compartilhada pelo conjunto da sociedade. Somente desta forma a educação integradora adquire um significado mais completo e não desemboca em um caminho sem saída.

Esta perspectiva põe em relevo, ao mesmo tempo, a importância de aboriar a formação profissional destes alunos, sua incorporação posterior no mundo do trabalho e sua formação permanente ao longo da vida adulta. Não são problemas superficiais; expressam objetivos a longo alcance e de grande transcendência. Ser capaz de dar uma resposta a estas interrogações supõe abrir o caminho para uma integração social mais completa.”

Para saber mais

MARCHESI, Álvaro; COLL, César e PALACIOS, Jesús. *Desarrollo psicológico e educación*. Madrid: Alianza, 2001.

MARCHESI, Álvaro e HERNÁNDEZ GIL, Carlos. *El fracaso escolar: una perspectiva internacional*. Madrid: Alianza, 2003.

MARCHESI, Álvaro; MARTÍN, Elena; ECHEITA, Gerardo; BABÍO, Mercedes; GALÁN, Marisa; AGUILERA, M^a Jesús e PÉREZ, Eva M^a. *La situación educativa del alumnado con necesidades especiales asociadas a la discapacidad en la Comunidad de Madrid*. www.dmenor-mad.es (visitada em 03/03/2004), 2003.